

## Outros agentes na comunidade interpretativa do jornalismo<sup>1</sup>

*Bruno Souza Leal<sup>2</sup>*

*Phellipy Jácome<sup>3</sup>*

---

1 Texto originalmente apresentado durante o 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizado em novembro de 2012, em Curitiba.

2 Pesquisador permanente do PPGCOM/UFMG, na linha de pesquisa Textualidades Midiáticas e coordenador do Núcleo de estudos Tramas Comunicacionais: narrativa e experiência. Seus trabalhos compreendem pesquisas sobre o jornalismo, a narrativa, a homocultura, a experiência estética e a televisão. [brunosleal@gmail.com](mailto:brunosleal@gmail.com).

3 Doutorando do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociabilidade Contemporâneas da UFMG. Integrante do Núcleo de estudos Tramas Comunicacionais: narrativa e experiência. Seus trabalhos compreendem estudos sobre narrativas, narrativas jornalísticas, referencialidade e ficção. [phellipy@ufmg.br](mailto:phellipy@ufmg.br).

**Resumo**

O artigo retoma o conceito de “comunidade interpretativa” proposto por Barbie Zelizer e propõe sua ampliação, sob uma perspectiva que busca apreender os processos de circulação e autenticação dos valores que regulam os modos como o jornalismo apreende e constrói as realidades. Nesse sentido, o alargamento do conceito indica outros importantes agentes nessa “comunidade”, como as fontes, os “leitores” e as mídias noticiosas, deixando entrever uma rede mais ampla de interações que conformam e tornam multifacetados os contornos dos fenômenos jornalísticos.

**Palavras-chave**

Jornalismo, comunidade interpretativa, narrativa, notícia.

**Abstract**

This paper takes the concept of “interpretive community” by Barbie Zelizer and proposes its extension, from a perspective that seeks to comprehend the processes of circulation and authentication of values that govern the ways in which journalism perceives and constructs realities. In this sense, the extension of the concept indicates other important players in this “community” as information sources, the “readers” and the news media, leaving a glimpse of a wider network of interactions that shape and become multifaceted the contours of journalistic phenomena.

**Keywords**

Journalism, interpretive community, narrative, news.

A pergunta “por que as notícias são como são?” orienta, segundo a percepção de Nelson Traquina expressa ao final dos anos 1990, boa parte da produção acadêmica que busca refletir sobre o jornalismo. Já as respostas voltam-se, com bastante frequência, para a análise e a identificação dos processos produtivos noticiosos e dos constrangimentos, valores, modos de funcionamento e organização ali presentes, em sua diversidade e/ou recorrência. O privilégio à notícia é acompanhado pela percepção dos jornalistas como sendo os protagonistas do fazer noticioso, ainda que perturbados com os “filtros”, as “pressões” e os “interesses” de outros agentes envolvidos com o jornalismo. Neste conjunto de investigações, porém, alguns outros aspectos fundamentais que auxiliam a responder “por que as notícias são como são” recebem notadamente menos atenção, como, por exemplo, sua dimensão textual e narrativa, os leitores (entendidos aqui como termo genérico, que abrange os internautas, telespectadores, radiouvintes etc.), as organizações empresariais e as mídias noticiosas.

Cada um deles têm certamente um papel considerável na conformação da notícia e, quando observados de perto, obrigam a percepção que o fenômeno jornalístico é mais complexo, multifacetado e amplo que os processos específicos de produção noticiosa. Nessa perspectiva, observa-se que a pergunta “por que as notícias são como são?” e suas respostas mais frequentes, privilegiando seus modos e rotinas produtivas, promovem uma redução do fenômeno jornalístico. Se esta redução não é impertinente, certamente o circunscreve consideravelmente. As notícias variam ao sabor de diferentes mídias, veículos, acontecimentos, leitores e realidades culturais, e, nessa variabilidade, esses outros agentes e suas especificidades têm importância considerável. Como observado em outros momentos, (LANDOWSKI, 1992; MOUILLAUD, 1999; LEAL, 2009; CARVALHO, 2012), por exemplo, as mídias noticiosas, os chamados veículos jornalísticos, apresentam relações de ordem bastante diversa daquelas da notícia, atuando, em relação a estas, de modo simultaneamente distinto e complementar para sua validação mútua como produtos jornalísticos. Assim, enquanto a notícia é

oferecida como novidade, a mídia noticiosa deve manter-se sempre a “mesma”, para que ambas sejam devidamente reconhecidas e recebidas pelos leitores e demais agentes envolvidos na mediação jornalística.

Afinal, é de se considerar que o jornalismo, tomado como um fenômeno histórico, seja percebido como uma instituição social, que necessita ser legitimada, reconhecida em seu papel. Essa legitimidade, ainda que possa ser tida como um dado *a priori*, na maior parte dos processos de produção da notícia, é algo constantemente *sub judice*, em mais de um nível. Como construtor de realidades ofertadas periodicamente, o jornalismo sofre a concorrência de outras instituições sociais que têm papel semelhante e com as quais necessita dialogar. As suas ações interpretativas e as realidades que delas resultam necessitam, assim, ancoragem nestas outras instituições e agentes sociais. Isto se dá tanto nos processos produtivos, quanto nas superfícies textuais, semióticas e nas dinâmicas de circulação e apropriação dos produtos jornalísticos.

Tendo isso em vista, este artigo desenvolve um esforço de apreender parte dessa dinâmica a partir da revisão de um termo conhecido no âmbito dos estudos em jornalismo. A expressão “comunidade interpretativa”, cunhada por Barbie Zelizer (1993) e retomada por Néelson Traquina (2005), busca caracterizar a cultura jornalística e seus modos partilhados de interpretação das realidades sociais. Compõem essa cultura um conjunto de valores que, circulando pelas redes informais de diálogo e troca, definem parâmetros a partir dos quais os jornalistas se veem e como compreendem seu trabalho, sua função, sua relação com os leitores e demais interlocutores e através dos quais lidam com os acontecimentos e com o fazer notícia. Tanto em B. Zelizer quanto em N. Traquina, a comunidade interpretativa do jornalismo é integrada exclusivamente por jornalistas. Contudo, se temos vista que o jornalismo dialoga e concorre com outras instituições e outros agentes sociais, os valores e parâmetros que regulam seu agir não são confinados ao circuito restrito desse grupo específico de profissionais que atua no processo de produção da notícia. Ao contrário, é razoável supor que seja vital que a ideologia ou a cultura jornalística seja compartilhada e mesmo ratificada por outros.

No esforço de proceder à ampliação do alcance do termo e observar outras instâncias de partilhamento e circulação desses valores, o percurso empreendido aqui envolve dois momentos: primeiramente, retoma-se o termo comunidade interpretativa e verificam-se seus contornos e limites. A seguir, reflete-se sobre os modos distintos de como ela é conformada e integrada por pelo menos três outros grupos de agentes sociais, que não os jornalistas. A título exploratório, foram eleitos alguns dos interlocutores mais usuais dos jornalistas: as fontes, os leitores e as mídias noticiosas, estas percebidas como sujeitos de ação peculiar. É certo que esta reflexão não pretende, considerando as limitações de tempo e espaço, listar exaustivamente todos os integrantes dessa comunidade interpretativa. Busca-se, reconhecendo a pertinência do termo, apreendê-lo em sua possível amplitude e capacidade descritiva.

### **Sobre a comunidade interpretativa**

O ponto de partida é um pequeno artigo de Barbie Zelizer (publicado em 1993 e, na sua versão em português, em 2000), no qual a autora defende a noção de comunidade interpretativa como um enquadramento alternativo ao entendimento do jornalismo somente como uma prática profissional. Em *O jornalismo como comunidade interpretativa*, B. Zelizer postula que tomar o jornalismo como profissão certamente ajudou a compreender melhor como funciona a atividade, ao separar o que antes era somente um grupo disperso de escritores. Para a autora, considerar-se profissional permite que o jornalista se reconheça desempenhando uma tarefa comum aos seus colegas de ofício, o que gera um sentimento de partilha, bem como “uma aura de autoridade baseada numa atitude específica para efetuar tal tipo de trabalho”. Estabelecem-se, assim, condições para que circulem um conjunto de valores que dizem a que tipo de abordagem um jornalista deve assumir na composição das matérias: em geral, a de serem cronistas objetivos, neutros e independentes.

Entretanto, é nesse sentido que Zelizer se pergunta: "Como é que ser profissional se tornou uma senha para ocultar os elaborados mecanismos pelos quais é construída a realidade?" (ZELIZER, 2000, p.35). A consolidação de um reconhecimento e de uma identidade profissional comum dá pistas de por que os jornalistas raramente admitem "construir a realidade" através da sua escrita. Indica também que o enquadramento profissional sozinho não dá conta da compreensão das dinâmicas textuais implicadas em seu trabalho, o que não exclui o fato de incidirem nelas diretamente. Compreender o jornalismo como uma profissão ajuda a iluminar uma série de questões, mas é, sem dúvida, insuficiente para explicar outras tantas. Por isso, Zelizer defende a necessidade de um enquadramento explicativo alternativo: aparece, assim, a noção de comunidade interpretativa em seu trabalho.

Tal noção destaca a existência de uma rede informal estabelecida entre os profissionais do jornalismo, através da qual assimilam e compartilham regras, demarcando fronteiras, que permitem dizer de ações próprias ou impróprias para o exercício jornalístico. Essa percepção da comunidade interpretativa baseia-se na constatação de que os jornalistas não atuam sozinhos, agindo frequentemente através de uma rede coletiva (ou "bandos", "matilhas", *packs* etc.) que certamente extrapola os limites organizacionais das empresas jornalísticas. Isso porque, no dia-a-dia da rotina profissional, os jornalistas realizam trocas interpessoais através de contatos não formais que ajudam a estabelecer um discurso sobre sua prática bem como sobre os acontecimentos para os quais ela se volta. A formulação de Zelizer sugere que a comunidade interpretativa caracteriza-se menos por regras deontológicas ou processos educacionais protocolares e mais por essa circulação difusa, que engendra parâmetros interpretativos comuns, orientando a leitura da realidade e sua conformação narrativa. O discurso que constituem sobre si estabelece padrões de autoridade e de memória acumulada das "boas coberturas", permitindo a consolidação de uma identidade e a tentativa da cristalização de um entendimento de um modo de ser jornalístico.

A proposta formulada por Zelizer oferece subsídios interessantes porque atua no sentido de entender de que maneira os jornalistas se autodelegam o poder da interpretação justa dos fatos, além de dar pistas de como isso seria materializado em procedimentos textuais. Neste caso, o privilégio de certos esquemas narrativos serve como forma dos jornalistas neutralizarem ou desqualificarem outros modos textuais, vistos como menos adequados ou pertinentes. “No momento em que se dão os acontecimentos, os jornalistas tendem a interpretá-los unidimensionamente porque veem a si mesmos coletivamente como conduzindo a comunidade em determinado sentido”, diz B. Zelizer (2000, p.42). Assim, os jornalistas são parte de um processo contínuo pelo qual criam um repertório de boas coberturas que, em constante atualização, é usado para referenciar e balizar a prática contemporânea. Tal dado serviria tanto para minimizar o caráter instrumental de seu discurso, quanto para conservar as fronteiras coletivas da comunidade interpretativa.

Nesse sentido, Zelizer é capaz de alcançar toda uma frondosa e abstrata rede imaterial que orienta e regula a produção jornalística. Ao sugerir a existência de um espaço de experiência comum, no qual há compartilhamento simbólico, tem-se uma perspectiva muito distinta daquela que usualmente toma o jornalismo somente através de suas nuances profissionais. Isso porque, ao atentar-se para o processo reflexivo, a noção de comunidade interpretativa permite entrever elaborados processos intersubjetivos que dizem tanto das percepções dos jornalistas sobre sua prática e a de seus companheiros de comunidade, quanto de percepções comuns acerca da realidade social na qual estão imersos e que constroem através das narrativas.

Em que pese os ganhos da expressão, talvez seja mais prudente entender a noção de comunidade interpretativa menos como um conceito e mais como uma metáfora que recobriria essa rede simbólica informal. Ela diz menos de um vínculo forte, de pertença a um grupo social, do que um espaço de circulação de valores e parâmetros avaliativos. Em outras palavras, o elemento fundamental da expressão é o “interpretativo”, não a “comunidade”. Aliás, Zelizer inicia seu

artigo perguntando exatamente “o que faz uma comunidade?”, algo que não é explicitamente respondido ao longo do texto. A rede de interações informais, que fornecem parâmetros avaliativos, é um dado cujo fundamento, cujos processos de fundação e contornos permanecem imprecisos. Por um lado, isso se dá porque essa rede pressupõe a existência daqueles que se veem e agem como jornalistas e atuam como tal. Por outro, é de supor que a comunidade teria um caráter estético, para adotar, com alguma adaptação, a expressão tal como usada por Zigmund Bauman (2003): menos que um grupo social estável e definido, ela tem um caráter performativo, constituindo-se ao sabor das trocas e interações e permitindo diferentes modos de permanência e de pertencimento de seus integrantes. Não por acaso, aliás, N. Traquina (2005) utiliza o termo “tribo”, numa clara remissão à perspectiva de Michel Maffesoli (1998), como sinônimo desta “comunidade”.

Perder a dimensão metafórica do termo, portanto, é correr o risco de fixar identidades e relações que, por sua própria dinâmica, são instáveis, difusas e contextualizadas. Assim, por exemplo, uma aplicação dura da expressão “comunidade interpretativa dos jornalistas” pode levar a supor uma identidade jornalística única ou transnacional, que ao fim e ao cabo, essencializaria e homogeneizaria jornalistas e jornalismo, desconsiderando a diversidade de suas formas, suas realidades, seus valores e dos seus processos. A percepção de padrões recorrentes no fazer jornalístico de alguns países ocidentais é indício não de uma comunidade transnacional, tal como tenta caracterizar N. Traquina (2005), mas do predomínio de um modo de fazer jornalístico – de matriz anglo-saxã, no caso -, que, ainda que tenha semelhanças do ponto de vista discursivo, se altera conforme as leis, regulamentos e realidades de cada nação. Além disso, esse modo “padrão” ou “de referência” não é certamente único ou sem clivagens e variabilidades internas. Como bem observa M. Schudson (2010), entre outros, um dos pilares desse jornalismo anglo-saxão, que é a noção de objetividade, adquiriu diferentes significados nos Estados Unidos, ao longo do século XX.

O risco de fixidez da “comunidade” implica desconsiderar que os jornalistas, como sujeitos sociais, partilham identidades distintas e que a mediação jornalística é atravessada por tensões, ideologias e conflitos sociais os mais diversos. Não há como desconsiderar, por exemplo, no Brasil deste início do século XXI, o papel dos posicionamentos políticos, dos valores morais e religiosos ou dos conflitos de gênero na configuração dos processos de produção da notícia. Por mais fechada e regulada, por mais codificados que sejam seus circuitos, uma rede está sempre com espaços abertos. A força da expressão “comunidade interpretativa” advém assim da sua capacidade de fazer ver como valores, regras e parâmetros diversos para leitura e compreensão das realidades sociais são apreendidos, aplicados e transformados. Importa, então, observar tanto as cores e matizes desses pressupostos avaliativos quanto à forma, os ritmos e os contornos das redes específicas em que circulam.

Com isso, é preciso atentar para os outros “companheiros” dessa comunidade. Mesmo no âmbito das organizações jornalísticas e do processo de produção da notícia, há uma diversidade de outros profissionais que também atuam na validação ou não dos valores que regulam interpretações e modos de procedimento, como analisa, por exemplo, Moretzsohn (2012). Quando se considera ainda que a notícia circula na vida social “embalada”, “encaixada” nos dispositivos midiáticos, e que a informação jornalística destina-se a um leitor - do qual se busca a adesão e que atua como instância de ratificação do que lhe é ofertado - é pertinente e prudente ter-se em conta que essa comunidade abriga mais atores, que a “turma” dos jornalistas tem mais personagens.

### **Outros atores na comunidade**

Tal como proposto por B. Zelizer (2000), a comunidade interpretativa é composta pelos jornalistas e marcada pelas relações estabelecidas entre eles. No entanto, observa-se que é bastante pertinente e produtivo alargar as fronteiras dessa comunidade para perceber a existência de outros agentes e

de outras relações nela imbricadas. Um grupo específico desses agentes são os interlocutores com os quais o jornalista fala e deseja falar, ou seja, as fontes e os leitores. Em relação às primeiras, em que pese a inocência e a passividade geralmente agregadas ao termo, "fonte", não é possível desconsiderar, por exemplo, o papel dos grupos interessados em divulgação de determinadas notícias, cuja ação profissional, informada e estratégica, envolve assessores de imprensa promovendo suas pautas específicas, agentes políticos, empresas publicitárias, etc. Tais agentes pressionam, regularizam e influenciam a atividade jornalística, estabelecendo não apenas procedimentos e rituais protocolares de contato, mas também integrando-se à rede de trocas, parcerias, diálogos e confrontos pessoais e informais típicos da comunidade interpretativa.

Como uma prática sócio-discursiva, geradora de narrativas e construtora de realidades, além disso, o jornalismo não existe sem o horizonte de uma recepção, sem a qual seu gesto interpretativo, materializado em textos, mantém-se como pura potência. Vistos sob essa perspectiva, os produtos jornalísticos adquirem necessariamente uma qualidade persuasiva, tal como deixam claro analistas do discurso como P. Charaudeau (2006), uma vez que necessitam da adesão de seu destinatário, de seu interlocutor, para que sua proposta comunicativa se efetive. Mais que a transmissão de uma informação, essa proposta comunicativa envolve claramente os mecanismos, os valores e os modos pelos quais o jornalismo opera e atua na realidade social, assim como o papel e as funções que se autoatribui e que devem ser ao menos respeitados por esses interlocutores.

O leitor revela-se, nesse momento, como o parceiro comunicativo, como um interlocutor sem o qual o processo jornalístico não tem rigorosamente nem sentido nem validade. Assim, leitores, ouvintes, telespectadores etc., em sua dimensão individual, coletiva e/ou institucional, são atores sociais que constituem um marco regulatório importante e possuem exigências previstas na produção jornalística. Mais que simples destinatários, esses interlocutores se fazem presentes, como espelho, como discurso, como expectativa ou mesmo

concretamente ao longo de todo processo jornalístico. Não por acaso, os leitores são frequentemente invocados como justificativas diante de perguntas “por que tal assunto é notícia” ou “por que o jornal fala disso”. Sendo ainda mais explícito, o papel legitimador do receptor, mesmo idealizado, é deixado claro quando os jornalistas, ao serem perguntados por que as notícias são como são, respondem “porque nosso ouvinte/telespectador/leitor quer”.

Com efeito, os internautas, leitores, telespectadores, etc. também são integrantes dessa comunidade interpretativa, já que avaliam e comungam experiências, desenvolvem parâmetros históricos específicos, além de um conjunto de valores e referências mnemônicas que também lhe permitem avaliar as características das coberturas jornalísticas. Por isso, podem identificar um determinado produto jornalístico como sensacionalista, como politicamente tendencioso ou equilibrado e até mesmo um repórter como criativo ou ousado etc. Nesse sentido, os leitores constituem polos importantes na avaliação e regulação da produção jornalística e também são responsáveis por arrastar a comunidade para um lado ou para o outro, indicando os limites e os termos do aceitável, do correto, do abusivo ou do inadequado, por exemplo.

Com o advento da internet e a possibilidade do registro da comunicação reticular, esse dado fica ainda mais evidente, tendo em vista que não raramente leitores se juntam em redes sociais para protestar contra determinados enfoques e coberturas ou para corrigir dados repassados de maneira errônea pelas mídias jornalísticas. É na web, aliás, que uma das formas mais significativas de pertença do leitor à comunidade interpretativa se manifesta: trata-se daqueles blogs, sites ou simples textos que, feitos por não jornalistas, e comprometidos ou não com a realidade dos fatos, materializam de modo *inconfundível* as estratégias de apuração e de escrita típicas do jornalismo, incluindo sua retórica e seus cacoetes. Essa “simulação”, que obriga uma resposta, um agir, por parte dos profissionais e das empresas em que trabalham, só é possível uma vez que o “amador” consegue reconhecer os procedimentos, os parâmetros e os modos textuais postos em cena pelos jornalistas...

Nesse processo de interlocução, é fundamental observar que o leitor não se constitui apenas como um consumidor de notícias. Junto com elas, ele/a consome também aquilo que se convencionou chamar de “veículo” jornalístico e que se encontra tão à venda quando o texto noticioso. O uso da expressão “veículo”, em português, traz claramente as marcas de uma perspectiva informacional, linear, na qual a mídia é vista como um canal, um suporte, para um conteúdo. No entanto, é certo que a expressão não faz jus à complexidade de relações que envolvem as mídias jornalísticas e das quais a circulação da notícia é fortemente dependente. Mais que assinar um receptáculo de informações, um leitor regular de qualquer jornal ou revista impressa, por exemplo, paga por um produto jornalístico que ele/a consegue reconhecer, identificar e distinguir dos demais. Esse leitor não sabe a notícia que receberá no próximo dia ou na semana seguinte, mas tem segurança sobre um conjunto de valores e referências que caracterizam o jornal ou a revista, a partir dos quais inclusive pode tomar esses veículos como seus.

Assim, quando uma mídia jornalística se apresenta como *Clarín*, ela movimenta uma série de referências históricas, ideológicas e geográficas muito distintas de quando porta o nome e a identidade de *Folha de S. Paulo*, *Zero Hora*, *SuperNotícias* ou *The New York Times*. As mídias jornalísticas possuem distintos lugares de fala e atuação que exigem o reconhecimento de suas peculiaridades e, por extensão, também das notícias que oferecem aos leitores. Essas marcas, essas identidades, se contrastam umas com as outras, construindo, assim, zonas de semelhança e de diferença. Cada mídia noticiosa incorpora, materializa em seu discurso e em sua emergência regular, valores que a identificam como jornalística, de modo geral, como um sujeito específico, singular, entre outras congêneres, e como um ator social distinto, passível portanto de ser reconhecido por seus interlocutores. Essa identidade e esse discurso apresentam diferenças, nuances, clivagens. O nome do jornal abriga outras assinaturas, assim como seu espaço comporta paisagens ora sutil ora explicitamente contrastantes e até mesmo contraditórias (MOUILLAUD, 1999; MOURA, 2010; LEAL, CARVALHO, 2012; JÁCOME, 2013).

Nesse sentido, como foi observado em outros momentos (ANTUNES, VAZ, 2006; LEAL, ANTUNES, VAZ, 2010a e b; LEAL, CARVALHO, 2012), as mídias noticiosas operam um modo peculiar de agendamento, à medida que servem como autenticadoras ou não da ação jornalística uma das outras. Isso dá tanto na repercussão de uma notícia como na citação da mídia como agente de denúncia, de investigação ou de alvo de ataques ou dúvidas. As mídias informativas, como produtos jornalísticos, podem ser, portanto – e cada vez mais o são – protagonistas em diferentes narrativas jornalísticas, numa recorrência que se espraia muito além das seções dedicadas aos produtos midiáticos.

Face visível de organizações públicas, estatais ou empresarias, as mídias informativas se apresentam como interlocutores da comunidade interpretativa tanto em relação àqueles que nela atuam internamente (SOLOSKI, 1999, BREED, 1999, TUCHMAN, 1978), quanto em relação umas às outras, como no diálogo com os demais agentes ali presentes. Elas pautam, organizam, oferecem visões acerca dos acontecimentos, de si mesmas, do jornalismo e dos leitores da mesma forma que as notícias e os jornalistas e outros profissionais da redação. Nesse ponto, parece evidente que os variados agentes da comunidade não são termos isolados e estão em plena interação uns com os outros. Isso fica claro quando se reconhece as particularidades de um leitor de *Bravo* ou de *Veja*, um colunista de *La Nación* e outro de *O Globo*, um perito que é sempre fonte do *Jornal Nacional*, ou um político cujas ações econômicas são sempre atacadas pelo *Valor Econômico*. A comunidade interpretativa é constituída e alterada permanentemente por seus jornalistas, leitores, mídias, empresas que as financiam através da publicidade, políticos, entre outros, que constroem interpretações nem sempre harmoniosas, e colaboram para criar valores e parâmetros acerca do jornalismo e do mundo narrativo que constroem.

Assim, o termo comunidade diz mais de uma dimensão simbólica e discursiva, através da qual seus inúmeros agentes estão em permanente disputa de sentido, do que de uma visão totalizadora de grupo. Além disso, a própria comunidade interpretativa do jornalismo está sempre em relação a outras

instâncias de conhecimento e de produção de sentidos. Seria equivocada não perceber sua especificidade, mas pior ainda seria tomá-la como algo tão singular que tornaria impossível sua comunicação com as demais. Afinal, como foi visto, um(a) jornalista porta também outras identidades, vincula-se diferentemente a outras comunidades, da mesma forma que o fazem os leitores, as fontes e as próprias mídias noticiosas. Assim, cada um desses agentes integra outras comunidades de afeto, que incidem umas nas outras, bem como nos processos de instituição narrativa das realidades sociais possíveis numa determinada sociedade e cultura. Por isso, os diversos agentes da comunidade são “pares jornalísticos”, mas são também, concomitantemente, muito mais: podem ser gays, lésbicas, heterossexuais, homens, mulheres, estudantes, brasileiros, argentinos, negros, europeus, católicos, kardecistas, etc. Por isso, as narrativas jornalísticas e as realidades que dela derivam serão refiguradas de distintas maneiras por cada um desses agentes, que carregam consigo comunidades interpretativas muito diversas.

Por todos esses motivos, a comunidade jornalística sofre transformações intermitentes e está sujeita a mudanças históricas, através das quais movimentos políticos, sociais, estéticos, surgem e desaparecem, novas tecnologias são implantadas e mídias noticiosas, sujeitas a coerções e juízos de valor, passam a ser encaradas como mais ou menos importantes. No bojo das interações sociais, a ascensão de governos mais ou menos democráticos, as condições econômicas de um determinado país, bem como seu nível de desenvolvimento social, também alteram os modos como essa comunidade se conforma. Com isso, é possível vislumbrar tanto uma comunidade jornalística ampla e diversa como também outras versões suas menores, mais circunscritas e localizadas, conforme um vasto conjunto de variáveis: cidades de origem, qualidade da mídia informativa (revista semanal, jornal impresso diário, rádio, telejornal, etc.), do vínculo empregatício e função jornalística (*freelancers*, editores, repórteres), recortes temáticos (economia, esportes, etc.), condição de pertencimento à cultura nacional (correspondentes estrangeiros, repórteres especiais, etc.), entre outros.

Desse modo, o que se defende nesse trabalho - e o que essa revisão da noção de comunidade interpretativa torna evidente - é a existência de múltiplas formas de existência dos fenômenos jornalísticos, caracterizados também pelos seus aspectos contraditórios e tensionadores. O(s) jornalismo(s) estão sujeitos aos regimes sociais, aos campos de sentido existentes numa determinada época, o que o(s) faz(em) decisivamente históricos. A metáfora da comunidade interpretativa deixa entrever agentes de variadas qualidades e intenções comunicativas que, imersos em formações sociais, atuam como sujeitos no mundo.

## Referências

BAUMAN, Z. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BREED, W. "Controle social na redação: uma análise funcional". In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

CHARAUDEAU, P. *O discurso das mídias*. Campinas: Contexto, 2006.

JÁCOME, P. *Fissuras no espelho realista do jornalismo: a narratividade crítica de Barcelona*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, 2013.

LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

LEAL, B. S. "Para além da notícia: o jornal, sua identidade, sua voz". *Revista Fronteiras*, v. 11, p. 113-123, 2009.

LEAL, B. S. ; ANTUNES, Elton ; VAZ, Paulo Bernardo. "Agendamento, enquadramento e noticiabilidade". In: Márcia Benetti; Virginia Fonseca. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2010a, v. 1, p. 187-220.

LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. "De quem é a agenda?". In: Márcia Benetti; Virgínia Fonseca. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. 1ed .Florianópolis: Insular, 2010b, v. 1, p. 221-240.

LEAL, B. S. "O jornal como notícia". 24º Congresso Intercom. *Anais*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2011.

LEAL, B. S; CARVALHO, C. A. *Jornalismo e homofobia no Brasil: mapeamento e reflexões*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2012. v. 1. 130.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MORETZSOHN, S. "O segundo olho do repórter: o papel dos motoristas na produção da notícia". 21º Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. *Anais*. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. (Org.). *O jornal: Da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MOURA, M. B. *Por uma teoria do formato jornalístico: reflexões sobre o jornal como sujeito semiótico*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2010.

SCHUDSON, M. *Descobrimo a notícia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOLOSKI, J. "O Jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico". In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 91-129.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo*. Volume II: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.

ZELIZER, B. "Os jornalistas como comunidade interpretativa". Traquina, N. (org.) *Jornalismo 2000. Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n.27, fevereiro de 2000, p.50-65.